

17 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA

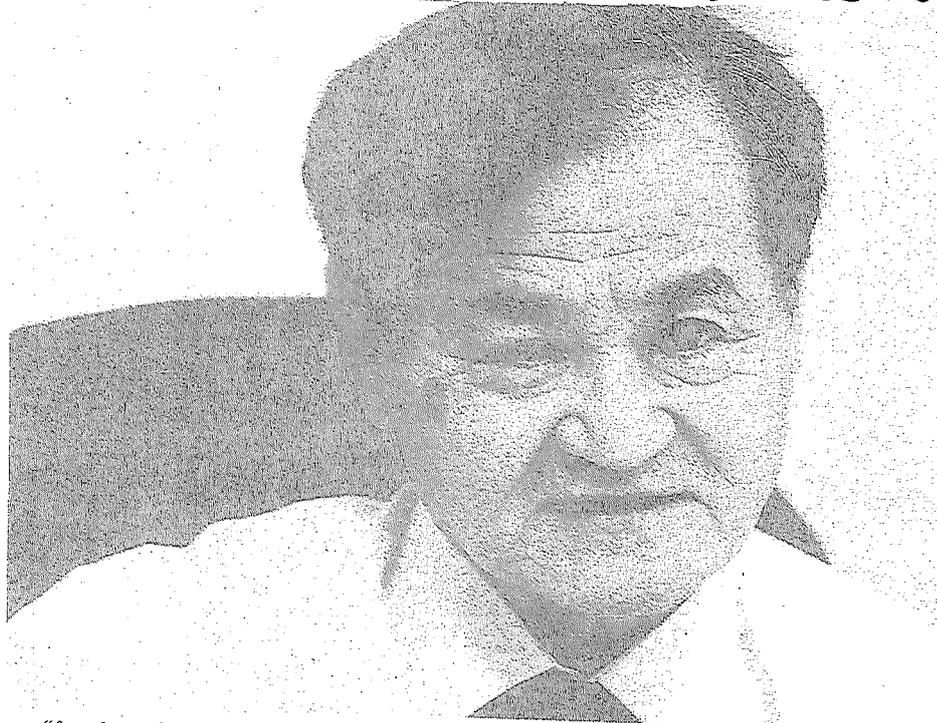
Para juiz da VEP,

validação

**do indulto de Natal terá
pouco efeito**

em Londrina

**Nakadomari avalia que minoria dos cerca de
3 mil presos na cidade
se enquadra no decreto devido à natureza dos crimes**



"Aqui em Londrina a maioria dos crimes é de tráfico, com violência, latrocínio, reincidentes", diz o juiz da Vara de Execuções Penais sobre indulto aprovado pelo STF

**STF decidiu por validar o indulto
concedido pelo então presidente
Michel Temer em 2017**

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Vitor Struck

Reportagem Local

17 MAI 2019

A decisão do Supremo Tribunal Federal de validar a íntegra do “polêmico” decreto presidencial que concedeu o indulto de Natal (em dezembro de 2017) não vai impactar significativamente na população carcerária de Londrina. Essa é a avaliação do juiz da Vara de Execuções Penais (VEP) do município, Katsujo Nakadomari. Mesmo sem possuir o número exato, Nakadomari explica à FOLHA que, dos cerca de três mil apenados em Londrina, poucos se enquadrariam no decreto.

Assinado pelo ex-presidente Michel Temer (MDB), o texto reduziu o tempo de cumprimento de pena para um quinto em casos de condenados por crimes sem violência ou grave ameaça, o que inclui crimes do colarinho branco, como corrupção e outras práticas contra o sistema financeiro. Outro requisito para obter a liberdade é ter cumprido um quinto da pena até 25 de dezembro de 2017.

“A repercussão aqui é muito pouca pela natureza dos crimes; eles não estão a merecer o indulto. Por aqui em Londrina são crimes de tráfico, com violência, latrocínio, reincidentes, então é muito pouco. Agora, claro, vai ter repercussão com alguns, aqueles que não cometeram com violência, furtos, colarinho branco em Londrina é muito pouco, poucos estão presos”, diz o juiz da VEP.

De acordo com o Mapa Carcerário do Poder Judiciário paranaense, Londrina conta com 2.907 pesso-

as no sistema carcerário, sendo 2.527 no regime fechado e 380 no semiaberto. Já no Paraná são, ao todo, quase 30 mil presos.

A **FOLHA** entrou em contato com o Departamento Penitenciário do Paraná (Depen) e o Poder Judiciário para apurar o número de presos que poderão ser beneficiados com o decreto. No entanto, segundo a assessoria do Tribunal de Justiça do Paraná, o Supremo Tribunal Federal precisa emitir um ofício para que um levantamento seja realizado, o que ainda não aconteceu. Além disso, a reportagem foi informada de que o sistema que poderia realizar este monitoramento está passando por adequações nos próximos 15 dias.

CRÍTICAS

Desde a publicação, em 2017, o indulto de Temer recebeu muitas críticas, tendo sido repudiado por diversas entidades como a Associação Nacional do Ministério Público, que o considerou um “golpe no combate ao crime organizado”.

O jurista, advogado e professor de Direito Penal e Criminologia Walter Bittar explica que o indulto de Natal é um ato discricionário do presidente da República, portanto, um ato político.

Questionado se a medida acaba servindo para “afrouxar” as penas, uma vez que diminuiu o período de cumprimento da pena de um quarto para um quinto e extinguiu o limite anterior, que

era para condenações de até 12 anos, Bittar preferiu não fazer uma avaliação política. “Por ele ser um ato discricionário do presidente da República não cabe ao Judiciário agora questionar quem vai receber o indulto ou não”, afirmou.

No Supremo Tribunal Federal uma liminar concedida pela ministra Carmem Lúcia e validada pelo relatório do colega Luís Roberto Barroso tentou suspender a vigência de pontos considerados mais polêmicos do decreto. Mas, na semana passada, o presidente do Supremo, o ministro Dias Toffoli, e os ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Rosa Weber, Marco Aurélio Mello, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello votaram pela validade.

Já no sistema carcerário, foram necessários menos de 60 minutos para que a defesa de um condenado solicitasse o perdão da pena.

Caso do empresário Ramon Hollerbach, preso desde novembro de 2013 por envolvimento no escândalo do mensalão.

17 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA

Deputados não veem reflexos no PR de decisão do STF sobre prisões



66
Existem pautas mais importantes a serem discutidas aqui no nosso País. Essa não é das mais urgentes”

Tadeu Veneri (PT): *“Se houver crime de fato para a Assembleia autorizar, é bastante provável que autorize. A pressão popular é muito forte”*

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Deputados estaduais do Paraná afirmaram à FOLHA que a AL (Assembleia Legislativa) não deve sofrer as consequências da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) relativa a prisões de políticos decretadas pela Justiça. A Corte entendeu, no dia 8 de maio, que cabe aos próprios parlamentares dar a palavra final sobre processos envolvendo seus colegas. Dos magistrados, seis foram a favor e cinco contrários ao procedimento. O julgamento sobre a extensão da imunidade começou em dezembro de 2017, dividiu o plenário e sofreu uma reviravolta nos minutos finais, quando o presidente do Supremo, Dias Toffoli, alterou o voto que havia lido há um ano e meio.

O presidente da AL, Aedemir Traiano (PSDB), lembra

que nunca aconteceram casos de prisões de membros da Casa no exercício do mandato, como os registrados no Rio de Janeiro, por exemplo. Em 2017, os então deputados fluminenses Jorge Picciani, Paulo Melo e Edson Albertassi tiveram a prisão revogada por uma resolução da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro). “O Supremo toma uma decisão baseado em jurisprudência. A harmonia entre os poderes deve ser preservada e a decisão na minha opinião foi justa juridicamente”, opina.

Tanto o líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), como o do governo Ratinho Junior (PSD) na AL, Hussein Bakri (PSD), têm opiniões semelhantes. “No período que estou aqui não ocorreu nenhuma vez. Não lembro de nenhum preso. Gastando ou não, tirando a questão do mérito, a Constituição prevê isso. Da mesma forma

que a Federal, só pode prender deputados e o governador se for em flagrante delito. É uma decisão na esteira do que diz a Constituição”, destaca o petista.

“Primeiro também que não se prende. Segundo que, se houver crime de fato para a Assembleia autorizar, é bastante provável que autorize. A pressão popular é muito forte. Só ver as cassações que aconteceram com pessoas que já tinham perdido a musculatura política, caso do André Vargas [cassado na Câmara Federal pelo envolvimento com o doleiro Alberto Youssef, que foi preso e condenado na Operação Lava Jato]”, completa Veneri.

PRIORIDADES

“Graças a Deus nunca aconteceu e não há de acontecer, mas eu costumo dizer que decisão judicial a gente não discute; a gente respeita, quer seja ela favorável aos nossos interesses ou contrária. O órgão superior entendeu que existe uma similaridade do papel do deputado federal com o do deputado estadual. Eu pessoalmente não vou dizer que sou contrário ou a favor, porque existem pautas mais importantes a serem discutidas aqui no nosso País. Essa não é das mais urgentes”, diz Bakri.

17 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA

Câmara de Londrina tira da gaveta projeto de reforma do prédio

Desabamento de parte da estrutura do antigo Fórum reacende discussão sobre condições de segurança da sede do Legislativo

Guilherme Marconi

Reportagem Local

Com o desabamento de parte do prédio do antigo Fórum de Londrina, voltou à tona o assunto de reforma do prédio da Câmara Municipal. Uma reunião da Mesa Executiva nesta sexta-feira (17) deverá analisar pareceres financeiros e jurídicos para dar início ao edital do projeto da obra. O prédio atual está comprometido por rachaduras, salas com goteiras e gera um alto custo com manutenção.

Para o presidente da Câmara, Ailton Nantes (PP), a reforma do prédio é urgente por questões de segurança e o desabamento e reforma do fórum colocam a administração em alerta. "Não tenha dúvida, nós temos a Câmara com um prédio de mais de 50 anos que nunca passou por uma reforma significativa. Isso nos chama atenção porque essa é uma Casa do povo e as pessoas vêm aqui participar das audiências e sessões. Nossa preocupação é que aconteça alguma coisa", disse o vereador ao lembrar

que parte das galerias do plenário da Câmara está interditada desde meados do ano passado pelo Corpo de Bombeiros por questão de segurança.

O processo de licitação em trâmite é do projeto arquitetônico para execução da obra, estimado em R\$ 295 mil. "Estamos exclusivamente dedicados a este projeto. Nosso departamento de licitações terminou este processo e encaminhou para análises financeiras da controladoria e jurídica do procurador. Amanhã (sexta-feira, 17) nós faremos reunião da Mesa Executiva para chamar o edital o mais rápido possível", ressaltou Nantes, sem adiantar uma data para o certame.

Cauteloso, o presidente da Câmara disse que no final deste ano ou no início de 2020 a reforma deverá ter início. "O que mais está impactando tempo são as licitações que envolvem este projeto." Durante a reforma, o Legislativo pode locar prédios no campus da UEL (Universidade Estadual de Londrina). "Nós temos problema de infiltração e fiação elétrica que são urgentes. Nossa

principal preocupação com é a segurança de todos." Um engenheiro da prefeitura será cedido, sem custo, para acompanhar a execução do projeto.

FUNDO DE CAIXA

Já o valor da obra não foi estimado, mas deve sair do fundo especial para reforma e aquisição de imobiliário criado em 2009. O montante acumulado pelo fundo é de R\$ 21,1 milhões. Trata-se de uma sobra de recurso que a prefeitura repassa todo mês à Casa. Já a construção de um prédio anexo, que chegou a ser cogitada por outros ex-presidente da Câmara, não está no planejamento atual.

Nessa quinta-feira (16), apenas os prédios do Legislativo e do Fórum Eleitoral funcionaram normalmente no Centro Cívico. As quedas de energia e da rede de fibra ótica inviabilizaram os expedientes na Prefeitura de Londrina e no fórum novo, onde funcionam as varas cíveis e da família.

17 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA

'A solução para o crime não pode ser abrir as portas da prisão,' diz Moro

Ministro da Justiça e Segurança Pública defendeu o endurecimento no combate ao crime violento

Fausto Macedo e Luiz Vassallo

Agência Estado

São Paulo - O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, defendeu o endurecimento no combate ao crime violento. Em sua conta no Twitter, ele escreveu que "a solução não pode ser a impunidade de quem viola a lei, mata, rouba propriedade privada ou desvia dinheiro público". Voltou a defender enfaticamente seu projeto anticrime e a persistência no ataque às organizações criminosas. "Não se pode ser leniente com crimes violentos, crime organizado ou com corrupção. Esse é o espírito do projeto de lei anticrime."

Moro rechaçou com veemência os críticos de seu projeto, que defendem um sistema carcerário menos rígido. Ele fez uma comparação sobre gastos

do Tesouro com presos e criminosos em liberdade. "Ouço muito que prender custa caro. Que o preso custa muito para o Estado. É verdade, mas quanto custa um criminoso perigoso solto?" Ele recomenda: "a solução para o crime não pode ser abrir as portas da prisão em um sistema já leniente. O raciocínio não fecha."

O ministro destacou que lideranças de organizações criminosas armadas estão começando a cumprir pena em presídios federais de segurança máxima. Ressaltou que "um dos objetos do projeto anticrime é retirar de circulação, com o devido processo, o criminoso perigoso." "Criminosos habituais, reincidentes e condenados por crimes graves como corrupção ou roubo com arma de fogo começarão a cumprir pena em regime fechado." Ele classifica as sugestões

como "medidas simples e eficazes contra o crime". "Enfrentar a criminalidade demanda políticas variadas, como sociais e urbanísticas. Restaurar, por exemplo, vizinhanças degradadas tem relevância. Mas tirar o criminoso perigoso de circulação é também importante."

O ex-juiz argumenta que "membros de grupos criminosos organizados só podem obter benefícios durante o cumprimento da pena, como progressão de regime, se saírem da organização."

Prega ainda que "condenado por crime hediondo com morte tem que cumprir pelo menos três quintos da pena em regime fechado antes de pleitear regime menos rigoroso e só se for constatado que está apto a voltar ao convívio social". "Acaba com as 'sai-dinhas' para condenados por crimes hediondos", diz.

17 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA

Juiz da Lava Jato determina que José Dirceu se entregue à polícia

Paula Spero

Folhapress

Porto Alegre - O juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Luiz Antônio Bonat, determinou que o ex-ministro José Dirceu se entregue voluntariamente à Polícia Federal nesta sexta-feira (17), até às 16h. "Não havendo acerto para entrega voluntária, a autoridade policial deverá comunicar o Juízo", escreveu Bonat no despacho divulgado no final do expediente dessa quinta-feira (16).

A ordem do juiz da Lava Jato foi emitida no mesmo dia em que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre, decidiu que Dirceu deve cumprir a pena de oito anos e dez meses pelo caso de corrupção envolvendo a Petrobras, no âmbito da Lava Jato.

O processo envolve o pagamento de propina por contratos superfaturados da Petrobras com a empresa Apolo Tubulars, entre os anos de 2009 e 2012. Segundo o tribunal, os valores chegaram a R\$ 7 milhões, repassados a Renato Duque, ex-diretor da Petrobras, e a José Dirceu.

DEFESA

A defesa do ex-ministro tentou um recurso pedindo prescrição da pena. De acordo com a defesa, os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro teriam prescrito porque teriam passado mais de seis anos "entre a data dos fatos, 16/10/2009, e o recebimento da denúncia, ocorrido em 29/06/2016".

Normalmente, a prescrição ocorre em 12 anos, mas a defesa alega que Dirceu tinha 70 anos quando foi condenado em primeira instância, o que poderia reduzir o prazo pela metade.

17 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Judiciário brasileiro

Infelizmente, duas em cada três pessoas no País consideram o Judiciário Brasileiro pouco ou nada honesto, e sem independência. A percepção da população sobre o Judiciário só piorou nos últimos anos. Os desmandos e malandragens morais, praticados por alguns juízes são frequentes e a impunidade continua. O corporativismo é muito forte, levando ao aumento da desconfiança do povo perante a classe. Já não se pode mais eleger a barbárie corporativa, verdadeiras malandragens morais, em detrimento da população exemplar e sofredora. Aliás, não deixa de ser um péssimo exemplo junto à classe estudantil de Direito, principalmente àqueles de boa índole (espero que seja a maioria). Os líderes dos Três Poderes da República precisam, urgentemente, colocar em suas cabeças duras - deixando de lado o danado do "orgulho" - que se o País se erguer todos serão vitoriosos. Lembrem-se: a hipocrisia tem limites

WILSON OLIVEIRA TRINDADE, bacharel em Direito (Londrina)

17 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Disputa por gratificações

Desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, na primeira quinzena de março, que crimes de corrupção e lavagem de dinheiro ligados à formação de caixa 2 tramitem nas diferentes instâncias da Justiça Eleitoral, a magistratura federal e a magistratura estadual estão travando uma acirrada disputa pela prerrogativa de julgar esses delitos. Parte significativa dos processos decorre das investigações da Operação Lava Jato.

Do modo como está estruturada, a Justiça Eleitoral – uma corte que atua basicamente nos períodos eleitorais, a cada dois anos – é formada na primeira e segunda instâncias por magistrados dos Tribunais de Justiça. Segundo o Código Eleitoral, apesar de a Justiça Eleitoral ser um segmento especializado da Justiça da União, os juízes eleitorais de primeiro grau são recrutados entre os juízes estaduais.

Há dois meses, contudo, sob a justificativa de que a Justiça Eleitoral não tem a experiência para julgar crimes comuns conexos a delitos eleitorais, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) vem pleiteando que seus filiados possam ocupar cargos na primeira instância dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). “A Justiça Eleitoral precisa criar uma estrutura para julgar crimes que tradicionalmente não são julgados por ela. Quando falamos

de macrocriminalidade, de lavagem de dinheiro e de organizações criminosas, é necessário fazer essa reflexão”, diz o presidente da entidade, Fernando Marcelo Mendes. Além disso, segundo a entidade, a Constituição – que está acima do Código Eleitoral, na hierarquia das leis – não prevê que a função eleitoral seja exclusiva dos juízes estaduais. A convocação de juízes federais pela Justiça Eleitoral também vem sendo defendida pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

A pretensão da Ajufe, contudo, sofre forte resistência por parte da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que reúne representantes dos Tribunais de Justiça dos 26 Estados e do Distrito Federal. Seus dirigentes alegam que, por estar presente em quase todas as cidades de cada Estado, os Tribunais de Justiça têm juízes suficientes para preencher todas as vagas dos TREs. Também afirmam que eles têm a formação técnico-jurídica necessária para julgar crimes de corrupção, de lavagem de dinheiro e de formação de caixa 2. Apesar de todos os juízes serem competentes, nos crimes comuns conexos a delitos eleitorais, “é a Justiça Estadual que atua na Justiça Eleitoral”, diz o presidente da AMB, Jayme Martins. A entidade lembra que a questão foi levada há mais de sete anos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que rejeitou as pretensões da Ajufe e de outras quatro associações vinculadas

a juízes federais.

Essa disputa corporativa, que estava restrita apenas aos meios forenses e às associações de magistrados, ganhou visibilidade nacional durante uma audiência pública promovida pelo TSE e presidida pelo ministro Og Fernandes, que também atua no Superior Tribunal de Justiça. O objetivo do evento era recolher sugestões para que a Justiça Eleitoral possa colocar em prática a decisão do Supremo.

O que prevaleceu nessa audiência foi o embate entre juízes estaduais e federais, e por um motivo muito mais prosaico do que institucional: quando um magistrado estadual assume funções na primeira instância da Justiça Eleitoral, ele continua recebendo seus vencimentos e ainda passar a ter direito a uma gratificação, hoje no valor de R\$ 5.390,26. Portanto, a disputa entre juízes estaduais e juízes federais – que já estão entre as mais bem remuneradas corporações da administração pública – não é somente por protagonismo na vida política. É, igualmente, por motivos pecuniários.

Neste momento em que o País enfrenta uma severa crise fiscal e em que o combate à corrupção é aplaudido pela população, custa acreditar que os juízes estaduais e os juízes federais estejam brigando para assumir a função de juízes eleitorais com o olho em mais gratificações pecuniárias do que na depuração moral da vida política.

O ESTADO DE S. PAULO

FERNANDO GABEIRA

17 MAI 2019

Os dilemas de Moro

Não foi pelas armas que a Lava Jato rendeu muitos elogios e prestígio internacional

Não posso dizer que o ministro Sergio Moro me surpreenda, porque não o conheço bem. Nem posso avaliar o êxito de sua escolha, pois o governo apenas começa, apesar de tantos episódios cheios de som e fúria, significando nada.

Nos últimos meses, o Brasil vem reduzindo o número de assassinatos. A queda foi de 12,5% em 2018. Leio que em fevereiro a queda dos assassinatos no Ceará foi de 58%. Já analisei a situação do Ceará em artigos anteriores. Parte da derrocada do crime se deve à suicida ofensiva militar das facções. Derrotadas, tiveram de unir objetivos e parou a matança mútua.

Mas houve trabalho também por trás dessa redução. Do governo petista e de Moro. Um dos fatores foi a apreensão rápida dos carros roubados, graças às câmeras que identificam as placas e acionam o alarme. Carros roubados são fundamentais em ações criminosas.

Era o momento de dizer: o índice de assassinatos está caindo, é possível reduzi-los, vamos discutir o que aconteceu e traçar os rumos do próximo avanço.

Moro parece-me indiferente a esses dados. É provável que, no caso do Ceará, exista um pequeno incômodo: o sucesso parcial se deve a um trabalho conjunto com o governo petista. Reconhecer as vantagens de uma ação republicana não repercute bem nas hostes radicais governistas. Mas, no meu entender, existe outro fator que condena o pequeno sucesso ao anonimato. Ele se deve também à tecnolo-

gia. Assim como em Guararema (SP), são as câmeras que fazem o trabalho – um trabalho decisivo.

Num governo preocupado com espingardas e trabucos, a grande expectativa é a posse de armas para todos. O sucesso não interessa porque ele é resultado do avanço tecnológico, não comprova a ideologia oficial que vê nas armas a única salvação.

Moro assistiu meio constrangido à assinatura de um decreto claramente ilegal para a liberação das armas. É uma espécie de estatuto próprio de Bolsonaro, atropelando o Congresso e a lei.

De que adianta ser ministro da Justiça e concordar com esse amadorismo bélico? De certa forma, Moro lembra a obra mestra da literatura alemã: *Fausto*, de Goethe.

Bolsonaro sabe que Moro engole sapos no governo e tende a ser derrotado no Congresso. E relembra a compensação para tantos transtornos: um lugar no Supremo Tribunal Federal.

Com todo o respeito pelo Supremo e pelos juizes que querem chegar lá como ápice de suas carreiras, isso é um enredo modesto e provinciano diante das oportunidades que se abrem de construir uma eficaz política de segurança pública no Brasil. As afirmações de Bolsonaro sobre o compromisso de levar Moro ao Supremo, entre outras coisas, apenas reduzem a dimensão do que parecia ser até para ele um tema de grande importância.

Isso sem contar o absurdo de indicar um ministro para o Supremo com mais de um ano de antecedência, abstraindo as condições da Corte e os potenciais candidatos, algo que só pode ser levado em conta no momento da escolha.

Moro tem um pacote anticrime e se empenha em aprová-lo, o que acho improvável em curto prazo e na integridade do texto. Mas isso não esgota o trabalho. Há muita coisa a fazer no campo da segurança pública e nem tudo está contido no pacote.

Uma das coisas mais lamentáveis nos políticos é ocuparem um cargo pensando em outro. Alguns são derrotados por causa disso. Outros escapam pela tangente, como é o caso do governador de São Paulo.

Essa história do Supremo acabou colocando Moro no mesmo patamar das pessoas que estão fazendo de seus postos apenas uma espécie de alavanca para o que consideram um salto maior.

E nem sempre consideram com precisão. De fato, seria uma bela carreira começar como juiz no interior do Paraná, conduzir importantes processos e conquistar ainda jovem uma cadeira no Supremo. Mas isso é um capítulo do livro “pessoas que deram certo”, que realizaram seus sonhos.

Muitos podem achar que a soma de pessoas que deram certo faz um país vitorioso. Mas é um engano. É preciso um trabalho específico de recuperação do Brasil, que independe de promoções, promessas compensatórias.

Uma política de segurança pública é algo essencial. No entanto, apesar de eleito com essa bandeira, Bolsonaro confia apenas nas armas e aponta os dedos como se estivesse atirando. Ao seulado, numa foto meio patética, políticos e esportes apontam o dedo também como se estivessem atirando.

CONTINUA

17 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A base deixada por Temer e implementada por Jungmann precisa ser desenvolvida. Visitei no Ceará um centro de informações que será vital para o Nordeste. Agora foi inaugurado de vez. Inteligência e tecnologia, aos poucos, vão transformando o caos na segurança pública em algo administrável.

Movidos por sua ideologia bélica, os dirigentes atuais seguem apontando os dedos como se atirassem. Não há provas da eficácia dessa visão. É um pouco como as cerimônias religiosas dos antigos para garantir a chuva e fertilidade.

É preciso problematizar a solução pelas armas e Moro até agora não se dispôs a fazê-lo. Não foi pelas armas que a Lava Jato rendeu muitos elogios e prestígio internacional.

Apoiei a operação por considerá-la a única capaz de desatar o nó da impunidade no Brasil, unindo instituições; estabelecendo a cooperação internacional; usando da melhor forma os recursos tecnológicos. Se alguém me dissesse que o sonho de Moro era fazer tudo isso para ganhar uma cadeira no Supremo Tribunal, perguntaria: mas só isso?

Moro decidiu entrar no governo para completar seu trabalho, uma vez que a Lava Jato dependia de novas leis. Agora, corre o risco de retrocesso e tudo o que lhe prometem é uma compensação, um cargo de ministro, uma capa preta, lagosta com manteiga queimada, vinhos quatro vezes premiados e espaço na TV para falas intermináveis. Mesmo o Doutor Fausto queria mais.

17 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Hostilidade como método



Jair Bolsonaro tem agido cada vez mais como líder de facção, e não como presidente da República. Invocando sempre a necessidade de satisfazer seus

eleitores, malgrado o fato de que foi eleito para governar para todos, Bolsonaro tem contribuído para transformar debates importantes em briga de rua. É a reedição do ominoso “nós” contra “eles” que tanto mal fez ao País durante os desastrosos anos do lulopetismo.

Nesse ambiente crispado, temas cruciais para o futuro, como a reforma da Previdência, ou mesmo questões mais imediatas, como a necessidade de contingenciamento orçamentário, são desvirtuados pelo alarido dos radicais, o que nada tem a ver com um saudável debate democrático. E o presidente, que deveria, pelo cargo que ocupa, ser o condutor político desse debate, parece mais empenhado em hostilizar todos os que não lhe prestam obsequiosa vassalagem – e isso inclui não apenas seus adversários naturais, mas também, por absurdo, aqueles que desejam colaborar com o governo.

Com isso, Bolsonaro isola-se, num momento em que o País precisa de liderança e inteligência política para construir as soluções para a gravíssima crise ora em curso. São cada vez mais preocupantes os sinais de que o presidente não tem os votos necessários para aprovar no Congresso nem mesmo projetos de lei banais. As derrotas na Câmara se sucedem em quantidade inusitada para um presidente que teve 57,8 milhões de votos, elegeu-se como a grande estrela de uma formidável onda de renovação da política e deveria estar gozando a tradicional lua de mel com o Congresso e com os eleitores, reservada a todo governante em início de mandato.

Ao contrário, Bolsonaro viu despençar sua popularidade em um par de meses, resultado da paralisia de seu governo ante a aceleração da crise econômica, traduzida pelo aumento

do desemprego e pela perspectiva cada vez mais concreta de uma nova recessão. Cresce a sensação – a esta altura quase uma certeza – de que o presidente não sabe o que fazer para reverter o quadro. Pior: as palavras e os atos do presidente e de alguns de seus ministros, quase sempre destinados apenas a excitar a militância bolsonarista nas redes sociais, contribuem para dificultar ainda mais qualquer entendimento político em torno de soluções viáveis para o País.

“São uns idiotas úteis”, disse o presidente ao se referir aos manifestantes que foram às ruas na quarta-feira para protestar contra o contingenciamento de verbas na área de educação. No mesmo dia, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, destratou deputados que o haviam convocado para uma sabatina na Câmara, preferindo a pesporrência ao diálogo. Tudo isso pode ter feito a alegria da seita bolsonarista no Twitter, mas o fato é que o governo começa a encerrar nas ruas, precocemente, as mesmas dificuldades que já enfrenta há algum tempo no Congresso – situação que, como mostra a história recente do País, ninguém sabe como começa, mas todos sabem como termina.

A prudência recomenda, portanto, que Bolsonaro reveja urgentemente seu método de governo. O problema é que o presidente não tem demonstrado a necessária sensatez para a difícil missão que as urnas lhe conferiram. Ao contrário: sempre que pode, Bolsonaro acentua sua antipatia pelos parlamentares, tratando as adversidades da vida política – que ele agrava ao invés de amenizar – como sabotagem a seu governo. E ontem ele dobrou a aposta: disse que não vai ceder “a pressão nenhuma” em nome da “tal governabilidade”, mesmo que isso lhe custe o cargo. “É isso que querem? Um presidente vaselina para agradar todo mundo? Não vai (*sic*) ser eu. O que vai acontecer comigo? O povo que decida, pô, o Parlamento decida, eu vou fazer minha parte. Eu não vou sucumbir”, desafiou.

E nesse clima de antagonismo que o governo pretende encaminhar a reforma da Previdência e outras mudanças importantes para o País – e a desculpa bolsonarista para um eventual fracasso em qualquer dessas etapas cairá na conta daquilo que o presidente e seus seguidores chamam de “velha política”.

Diante disso, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse ontem que o Congresso vai “fazer a reforma da Previdência, com o governo ajudando ou atrapalhando”. Seria melhor se, pelo menos, não atrapalhasse.

17 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

TRF-4 nega recurso e juiz determina prisão de Dirceu

Tribunal mantém pena de 8 anos e 10 meses de reclusão na segunda condenação na Lava Jato; advogado diz que ex-ministro se entregará

O juiz Luiz Antonio Bonat, da 13.^a Vara Federal de Curitiba, determinou ontem que o ex-ministro José Dirceu se apresente até as 16 horas de hoje para o cumprimento da pena de 8 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. A decisão foi tomada após o Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4) ter rejeitado recurso da defesa do ex-ministro, que buscava reverter sua segunda condenação na Lava Jato, e determinado a “imediata expedição de ofício” ao magistrado para que fosse iniciada a execução provisória da pena.

Segundo o advogado Roberto Podval, que defende Dirceu, o ex-ministro vai se entregar à Justiça. “Como sempre, José Dirceu respeitará a decisão e se entregará espontaneamente”, afirmou o criminalista.

Já condenado em uma primeira ação da Lava Jato a 30 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa, Dirceu está em liberdade por decisão da 2.^a Turma do Supremo Tribunal Federal, que concedeu habeas corpus ao ex-ministro para que a prisão não se dê antes do esgotamento da análise de recursos.

Também recorreram por meio de embargos infringentes neste outro processo e tiveram o pedido negado pelo TRF-4 o irmão de Dirceu, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, e os sócios da

● **Bumlaie Vaccari**

O TRF-4 negou recurso do pecuarista José Carlos Bumlaie e do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto para deslocar as ações da Lava Jato para a Justiça Eleitoral e decretou cumprimento das penas de prisão impostas a ambos.

construtora Credencial, Eduardo Aparecido de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo.

Segundo o tribunal, o caso envolveu o recebimento de propina em contrato superfaturado da Petrobrás com a empresa Apolo Tubulars, fornecedora de tubos para a estatal, entre 2009 e 2012.

Parte dos valores, que chegaram a R\$ 7.147.425,70, foi repassada a Renato Duque, ex-diretor da Petrobrás, e parte a Dirceu, de acordo com a Lava Jato.

Para disfarçar o caminho do dinheiro, Dirceu e Luiz Eduardo teriam usado a empresa Credencial para receber valor de cerca de R\$ 700 mil, “tendo o restante sido usado em despesas com o uso de aeronaves em mais de 100 voos feitos pelo ex-ministro”.

A condenação dos réus foi confirmada pelo tribunal em 26 de setembro do ano passado.

Despedida. Na noite de anteontem, Dirceu foi homenageado com uma espécie de despedida em um restaurante em Brasília. O jantar reuniu mais de 300

pessoas. Quase toda a bancada de deputados federais e vários senadores do PT compareceram. Alguns petistas que há tempo não participavam de eventos da legenda, como o ex-governador do Distrito Federal Agnelo Queiroz e a ex-ministra Ideli Salvatti, também estiveram presentes. Além deles, dezenas de colaboradores, funcionários de gabinetes e da burocracia petista foram ao jantar.

Os filhos do ex-ministro, Joana e o deputado Zeca Dirceu (PT-PR), com a filha pequena, ficaram na mesa do pai.

Ao falar da possibilidade de voltar para a cadeia, o ex-ministro se disse um “perseguido” político e advogou a tese de que seus crimes já estariam prescritos. “Tenho sonhos. Eles podem tirar a minha liberdade de ir e vir, mas ninguém tira a minha liberdade de pensar”, disse Dirceu, segundo relatos de participantes do jantar. / PEPITA ORTEGA, LUIZ VASSALLO, RICARDO GALHARDO, RICARDO BRANDT, FELIPE LAURENCE e FAUSTO MACEDO

17 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Dura lex...

Em resposta aos que afirmaram que a Justiça eleitoral não é o melhor caminho para julgar crimes comuns associados ao caixa 2, o desembargador **Carlos Eduardo Cauduro Padin**, presidente do TRE-SP, dá um recado: ela vai, como a Justiça Federal, valer-se do Código de Processo Penal nos inquéritos e ações sobre os crimes comuns – como corrupção e lavagem de dinheiro – que estiverem associados ao caixa 2.

“A legislação é a mesma”, avisou Padin à coluna, ao antecipar os procedimentos para os crimes conexos aos eleitorais, como os da Lava Jato.

...sed lex

Exemplos? Um juiz eleitoral poderá autorizar quebras de sigilo bancário e telefônico ou decretar prisão preventiva ou temporária. Da mesma forma, ressaltou, um mesmo juiz pode, em tese, condenar um político à perda de mandato – por crime eleitoral – e à prisão – por crime comum.

Dura lex 2

Até agora, o TRE paulista recebeu 22 inquéritos decorrentes da Lava Jato. Os de **Michel Temer**, **José Serra**, **Geraldo Alckmin** e **Gilberto Kassab** estão na 1.ª Zona Eleitoral, aos cuidados do juiz **Francisco Carlos Inouye Shintate**.

17 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

Apuração sobre Flávio pode avançar sobre milícia, PSL e primeira-dama

Amplitude da quebra de sigilo pode atingir vida política e pessoal da família do presidente Bolsonaro

Catia Seabra
e Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO Os 95 alvos de quebra de sigilo bancário e fiscal na investigação sobre o antigo gabinete de Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) ampliam os possíveis desdobramentos para investigações sobre milícias, a condução do PSL no estado — sob comando do senador — a primeira-dama Michelle Bolsonaro e até a ex-mulher do presidente Jair Bolsonaro.

Todos esses novos braços potenciais surgem de ex-assessores de Flávio que passaram por seu gabinete entre 2007 e 2018, mesmo período em que lá esteve Fabrício Queiroz, o policial militar aposentado pivô da investigação.

Queiroz indicou para o gabinete do então deputado duas parentes de um ex-PM acusado de comandar uma das milícias mais violentas da cidade. Flávio, por sua vez, usou suas assessoras na Alerj para tocar a própria campanha ao Senado e estruturar o PSL do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, o gabinete de Flávio — assim como de toda a família — abrigou parentes de Ana Cristina Siqueira Valle, segunda ex-mulher do presidente com quem

ele teve um rompimento atribuído em 2008 — período que inclui as quebras de sigilo.

Outro ponto que pode ser aprofundado é o pagamento de R\$ 24 mil feito por Queiroz à primeira-dama. O presidente afirma que o repasse é parte da quitação de um empréstimo de R\$ 40 mil dado ao PM aposentado. A quebra de sigilo pode esclarecer esse ponto — Michelle, diferente do marido, não tem foro especial e pode ser investigada pela Promotoria no Rio.

O pedido de afastamento do sigilo bancário e fiscal foi o primeiro passo judicial de investigação após um relatório do governo federal, há quase 500 dias, ter apontado movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão na conta bancária de Queiroz.

Além do volume movimentado na conta de quem era apresentado como motorista de Flávio, chamou a atenção a forma com que as operações se davam: depósitos e saques em dinheiro vivo.

Queiroz já admitiu que recebia parte dos valores dos salários dos colegas de gabinete. Ele diz que usava esse dinheiro para remunerar assessores informais de Flávio, sem o conhecimento do então deputado.

Esse posicionamento serviu como uma das bases para os pedidos de quebra de sigilo de todos os ex-servidores do gabinete de Flávio.

Isso inclui servidores que circularam também pelos gabinetes do próprio Jair Bolsonaro, quando exercia mandato na Câmara dos Deputados, como do vereador Carlos (PSC-RJ).

Também estão no alvo Raimunda Veras Magalhães e Danielle Mendonças da Costa da Nóbrega, mãe e mulher do ex-PM Adriano da Nóbrega, acusado de comandar a milícia de Rio das Pedras e Muzema — onde dois prédios desabaram matando 24 pessoas.

A quebra de sigilo de ambas pode aprofundar a apuração sobre a quadrilha, caso confirmada a suspeita de investigadores de que familiares eram usados como laranjas de milicianos. Confirmada essa tese, a investigação sobre essa organização criminosa entra de vez no gabinete de Flávio.

O senador também tinha duas ex-assessoras de confiança no gabinete que se tornaram as responsáveis financeiras por sua campanha ao Senado, de boa parte dos candidatos do PSL no Rio de Janeiro e do próprio diretório regional, comandado por Flávio.

CONTINUA

Valdenice de Oliveira Meliga foi tesoureira da campanha do senador e a contador Alessandra Ferreira de Oliveira, responsável financeira do PSL-RJ.

Como a Folha revelou em fevereiro, a empresa de Alessandra e parentes de Valdenice foram beneficiados com verba pública do fundo eleitoral. A empresa da contadora, também tesoureira do PSL-RJ, recebeu R\$ 55,3 mil de 42 candidatos, sendo a maioria mulheres que só receberam a verba do diretório nacional na reta final da eleição.

Há ainda nove parentes de Ana Cristina, ex-mulher de Bolsonaro com quem teve um rompimento atribulado em 2008.

À época, ela acusou o presidente de ter sumido com um cofre de joias e dinheiro. O Itamaraty afirma também ter ouvido dela em Oslo, on-

de Ana morou após o rompimento, que Bolsonaro a ameaçara de morte durante o processo de separação.

Tanto Bolsonaro como Ana negaram o roubo e as ameaças no ano passado, durante a campanha, quando os relatos foram revelados. A ex do presidente concorria a deputada federal usando o sobrenome da família do ex-marido —ela não foi eleita.

A evolução patrimonial de Flávio Bolsonaro também está sob a mira dos investigadores. O Ministério Público vê indícios de lavagem de dinheiro nas características das 19 operações imobiliárias realizadas pelo senador nos últimos 14 anos —todas reveladas pela Folha em janeiro de 2018.

O senador afirmou que é alvo de uma investigação ilegal e que o caso tem sido usado para atingir o governo do presidente Jair Bolsonaro. Ele nega as irregularidades de que é suspeito.

A defesa de Queiroz também nega os crimes apura-

dos pelo MP-RJ e diz que a decisão para afastar os sigilos são ilegais, bem como a condução de toda a investigação da Promotoria.

Valdenice e Alessandra afirmaram que não foram notificadas da decisão de quebra de sigilo, mas que estão tranquilas em relação ao caso.

Ana Cristina Siqueira Valle desligou o telefone após a reportagem da Folha se identificar.

A defesa de Nóbrega não retornou às ligações.

“

Já informei ao Supremo as atrocidades que estão acontecendo aqui comigo. Por que essa perseguição?

Flávio Bolsonaro

em entrevista à Record em 20 jan

Entenda a investigação sobre Flávio Bolsonaro

O que está sendo

investigado? O Ministério Público do Rio de Janeiro apura suspeita de “rachadinha” no gabinete de Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) quando ele exercia o mandato de deputado estadual na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro). Nesse tipo de esquema, servidores devem devolver parte do salário para os deputados. O MP-RJ ainda não identificou o possível destino do dinheiro, apenas levantou suspeitas de que os recursos eram repassados para as lideranças do gabinete

Qual a origem da

investigação? A apuração começou há mais de 500 dias, com o envio ao MP-RJ de um relatório do Coaf apontando movimentações atípicas de R\$ 1,2 milhão na conta bancária de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio

na Alerj. Além do volume movimentado na conta de Queiroz, que era apresentado como motorista de Flávio, chamou a atenção a forma com que as operações se davam: depósitos e saques em dinheiro vivo, em data próxima à do pagamento de servidores da Assembleia

Quem teve o sigilo

quebrado? Foram alvo da medida judicial 86 pessoas e 9 empresas. Eles se dividem em quatro núcleos:

- Flávio Bolsonaro, sua mulher e sua empresa
- Familiares e pessoas ligadas a Fabrício Queiroz
- Demais ex-assessores de Flávio Bolsonaro
- Pessoas que fizeram transações imobiliárias com o senador e suas empresas

A quebra de sigilo

compreende que período? A quebra de sigilo vai de 1º de janeiro de 2007 a 17 de outubro de 2018. Esse é o período em que Fabrício Queiroz esteve lotado no gabinete de Flávio Bolsonaro na Alerj

Quais os sigilos quebrados?

Bancário (investigadores terão acesso aos extratos integrais de todas as contas bancárias dos alvos) e fiscal (serão disponibilizados ao MP-RJ declarações anuais de Imposto de Renda do período e outras comunicações à Receita Federal, como venda de imóveis)

Quais os possíveis crimes

apontados pelo MP-RJ? Peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Há três núcleos investigados, segundo a Promotoria: um que nomeava os assessores, outro que recolhia e distribuía parte dos salários dos servidores e um terceiro, composto por aqueles que aceitavam o compromisso de entregar parte de suas remunerações. Os integrantes de cada núcleo, contudo, não foram nomeados

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

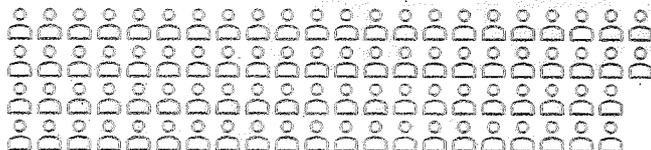
CONTINUAÇÃO

Investigação pode envolver do presidente à milícia

17 MAI 2019

Quem teve o sigilo quebrado a mando da Justiça

86 pessoas, a maioria ex-assessores de Flávio Bolsonaro



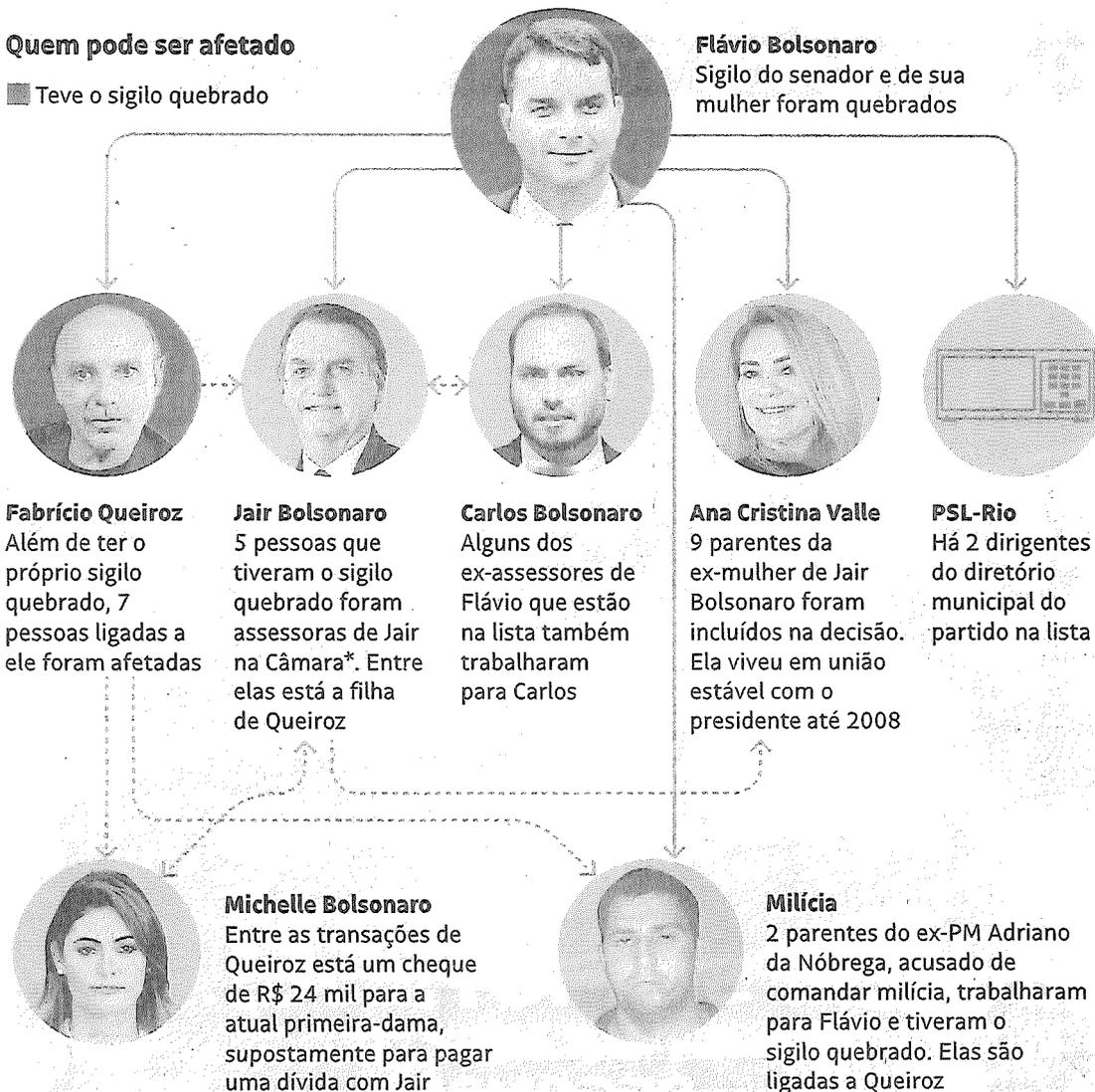
9 empresas



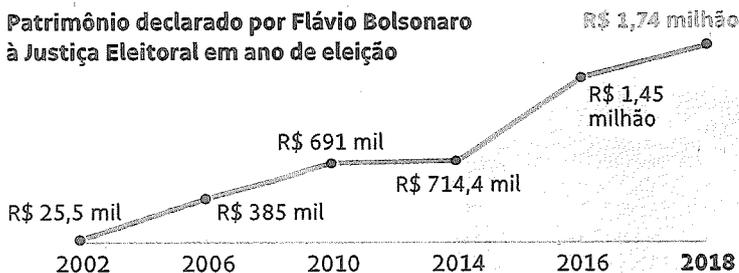
Período que compreende a quebra de sigilo jan.2007 a dez.2018

Quem pode ser afetado

■ Teve o sigilo quebrado



Patrimônio declarado por Flávio Bolsonaro à Justiça Eleitoral em ano de eleição



O senador:

- > Negociou 19 imóveis em 13 anos
- > Lucrou R\$ 813 mil após vender dois apartamentos por quase o triplo do preço de compra, em transação relâmpago

R\$ 15 milhões

é o valor estimado de 13 imóveis de propriedade de Jair, Flávio, Eduardo e Carlos Bolsonaro em jan.2018

R\$ 1 milhão

é o valor dos bens declarados pela família em 2008

*no período que envolve a quebra de sigilo

REINALDO AZEVEDO

Jornalista, autor de "O País dos Petralhas"

Impeachment de Bolsonaro entra no radar

Assistimos a um filme previsível, com roteiro desconjuntado e bufões da pior espécie

Se o presidente Jair Bolsonaro continuar a ouvir apenas a horda de malucos que o cerca, não conclui o seu mandato. Já cometeu, e deixei isto claro há algum tempo nesta coluna, uma penca de crimes de responsabilidade. Aliás, ele falou nesta quinta (16) a palavra "impeachment" pela primeira vez.

Falta que o ambiente político degenera o suficiente para que perca o apoio de ao menos um terço da Câmara. Os dois terços do Senado viriam por gravidade. Observem que falo em conclusão do "mandato", não do "governo". Este ainda não começou. Nem vai.

Aquele que ocupa a cadeira de presidente da República nunca soube por que queria o mandato. Ou por outra: não tinha uma prefiguração afirmativa de razões para comandar o país. O cargo lhe serve apenas para se vingar de seus inimigos ideológicos ou do fiscal do Ibama que um dia o multou.

É raso e mesquinho, no sentido original dessa palavra. A mistura de ignorância com poder é sempre perigosa porque torna as pessoas arrogantes e destrutivas. Uma imagem: o sujeito chega diante de um quadro de Picasso e diz: "Isso eu também faço".

A estupidez não reconhece competências, história, técnica, saber acumulado. Lembrando tirada do jornalista H. L. Mencken, tornada já quase um clichê, figuras com essas características têm sempre na ponta da língua uma resposta simples e errada

para problemas difíceis.

Converso com muita gente que está surpresa com a ruína do governo. Quem acompanha o que escrevo nesta Folha e em meu blog ou o que falo em meu programa de rádio sabe que estou assistindo a um filme previsível — e daqueles ruins, com roteiro desconjuntado, tiradas momeças e bufões da pior espécie.

Se muitos recorreram a seu pretense liberalismo para votar em Bolsonaro em nome do mal menor, afastei de mim esse cálice. O conjunto das minhas convicções liberais sempre me blindou de tipos como esse. Há muitos anos, escrevi em minha página, no auge dos embates com o petismo, que "nem tudo o que não é PT me serve".

Ora, não há como ser "mal

menor" uma personagem que não entende os fundamentos da democracia e que demonstra, desde sempre, a clara intenção de recorrer às licenças civilizatórias que o regime oferece para solapar as suas bases. Não! Ele nunca me serviu! Nem em nome do antipetismo.

Ademais, convenham, e disto também já tratei aqui antes ainda de ele ser eleito: quem o escolheu queria consagrar aquelas boçalidades que dizia. Havia outros meios de ser antipetista: Henrique Meirelles, Geraldo Alckmin, até João Amoêdo, que exercita, assim, um bolsonarismo mais light — sem o trabuco na mão ao menos.

Bolsonaro serviu como uma espécie de prova dos nove para testar convicções realmente liberais. Havia muitos que disfarçavam a condição de reacionários delirantes vestindo esse uniforme. Nesse particular sentido, ele serviu para tirar muita gente do armário.

Meu senso moral impediu-me de escolher, ainda que como instrumento de uma luta contra um suposto mal maior, aquele que fez, por exemplo, a apologia do estupro e da tortura sob o pretexto de exercer as garantias previstas no artigo 53 da Constituição. Eis o exemplo escancarado do uso de uma prerrogativa da democracia para agredir seus fundamentos.

Sim, chegou a hora de fazer esse debate no Brasil. E vem com atraso. Há muito estamos confundindo um modo de escolher governos — por meio de eleições — com a democracia, que, com efeito, vive uma crise mundo afora. Esta é mais do que o sufrágio, por mais livre que seja.

Esse regime também compreende um conjunto de valores. Se uma maioria se estabelece para sufocar liberdades e para discriminar e silenciar minorias, receba um outro nome qualquer. Democracia nunca! Ou teríamos de conferir o diploma de heróis da liberdade a Erdogan, a Putin e aos aiatolás do Irã.

CONTINUA

17 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Volto lá ao começo. Não estou me oferecendo para ser o conselheiro de Bolsonaro em lugar de Olavo de Carvalho. Estou a fazer um registro. Por estupidez política, a reforma da Previdência, que até há um mês poderia servir de correa de transmissão para um segundo mandato, agora vai atuar, ainda que necessária, para corroer o que resta de popularidade ao governo.

O Planalto, por intermédio dos seus incendiários, acordou as muitas e justas insatisfações de brasileiros das mais diversas extrações. O próprio Bolsonaro, seus filhos, Carvalho, este espantoso Abraham Weintraub... Essa gente toda é, para esse governo, o que o esquerdista Movimento Passe Livre foi para o governo Dilma. Tentando animar seus fanáticos, deu unidade ao coro dos contrários.

Lembro-me de um post que escrevi no dia 10 de março de 2015. A então presidente Dilma falava "impeachment" pela primeira vez.

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSIAN

O tamanho do esculacho

BRASÍLIA A quebra do sigilo bancário de Flávio Bolsonaro e de outras 85 pessoas perturbou o Palácio do Planalto. “Nossa Senhora, hein? É uma Lava Jato aí”, rebateu o presidente nesta quinta-feira (16), em Dallas. “Vai fundo, tá ok? O objetivo é querer me atingir”, provocou.

A reação do governo ao avanço das investigações sobre o gabinete do filho mais velho do clã Bolsonaro revela a dimensão dos danos que o inquérito pode provocar. O presidente, que buscava se descolar do caso, assumiu uma defesa pública de Flávio, enfrentou o Ministério Público e acusou promotores de ilegalidades.

Jair busca resguardar o filho no momento em que os investigadores apontam de maneira cada vez mais incisiva para um esquema de desvio de salários. O inquérito sugere que o ex-assessor Fabrício Queiroz comandava o recolhimento do dinheiro, mas os promotores dizem que ele não era o chefe daquele arranjo.

Ao tentar proteger o filho, o presidente acaba trazendo a investigação para seu colo. “Querem me atingir, venham para cima de mim. Pode vir para cima de mim. Querem quebrar o meu sigilo? Eu abro o meu sigilo, não vão me pegar”, desafiou.

A extensão das apurações do Ministério Público indica que o inquérito tem potencial para sangrar o governo por um bom tempo e pode respingar no presidente. Entre os funcionários de Flávio que tiveram o sigilo quebrado, estão assessores que também trabalharam para Jair.

A família fez campanha com um discurso de combate implacável à corrupção, mas reclama de perseguição e abusos. “Estão fazendo um esculacho em cima do meu filho”, queixou-se o presidente. É difícil ignorar, porém, que Queiroz demorou para se explicar, deu justificativas contraditórias e, no fim, sumiu.

Os promotores tentam fazer uma pesca de arrastão. A decisão de quebrar sigilos referentes a 11 anos de dezenas de pessoas é, no mínimo, controversa. No país do ministro da Justiça que vazou o áudio de uma presidente sem autorização, Bolsonaro deve mesmo estar preocupado.

17 MAI 2019

17 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

Olavo registra queixa-crime contra Caetano Veloso

Lucas Rezende

SÃO PAULO O escritor Olavo de Carvalho, guru de Jair Bolsonaro, registrou uma queixa-crime contra Caetano Veloso após um artigo publicado pelo músico na Folha. O documento pede que Caetano responda pelos crimes de calúnia, difamação e injúria.

O advogado de Olavo, Francisco Carlos Cabrera, que assina a petição, refere-se ao músico como “canalha”, “delinquente travestido de colunista”, e diz que Caetano alega ter sido exilado (durante a ditadura), “mas nunca mostrou um documento”.

A ação chegou há cerca de um mês no Foro Central Cri-

minal da Barra Funda, em São Paulo. Em caso de condenação pelos três crimes, Caetano pode pegar até três anos e seis meses de prisão e ter que pagar uma multa.

No artigo em questão, o músico baiano critica uma postagem de Olavo feita nas redes sociais pouco antes do segundo turno das eleições.

Na publicação, Olavo havia escrito que ocorreria, com a vitória de Bolsonaro, a queda de intelectuais e artistas de esquerda e que seria a “total destruição enquanto grupos, enquanto organizações e até enquanto indivíduos” dos representantes do atual esquema de poder.

Caetano escreve que Ola-

vo seria “sub-Heidegger do nosso sub-Hitler”. “Considero o texto de Olavo incitação à violência. Vamos fingir que o candidato dele já venceu a eleição e, por isso, pode mandar matar quem não votou nele?”, perguntava no texto.

Na queixa-crime apresentada, a defesa de Olavo nega que ele tenha pregado a morte de alguém e explica que o que o escritor queria dizer era que a vida desses artistas ficaria mais difícil, “sem a mamata das leis de incentivos”. Segundo o texto, que protesta contra a alusão de Caetano ao nazismo, o músico imputa crime e se refere a frases nunca ditas por Olavo, com intuito de desacreditar sua reputação.

PAINEL

LEVANTA... O cenário de fraqueza econômica, instabilidade política e aprofundamento das apurações contra Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) fez a palavra “impeachment” voltar a circular nos Poderes. Não com ares de conspiração. O tom é de lamento pela incapacidade do governo de dar vazão a pautas positivas.

...E ANDA No Legislativo e no Judiciário diz-se que o país pagaria um preço muito alto no caso de um fracasso precoce de Bolsonaro, o primeiro eleito após a queda de Dilma. Até o centrão diz que o país está cansado de soluções e que é preciso exaurir alternativas.

SINAIS... Membros do Ministério Público do Rio apostam que investigadores do caso Flávio Bolsonaro contam com um delator ou testemunha. Essa versão também chegou a cortes superiores.

...DE FOGO Promotores que não atuam no caso avaliam que os dados da quebra de sigilo serão usados apenas para corroborar ou derrubar teses que o MP já havia formulado.

PESO PESADO Um grande volume de documentos foi anexado ao processo. A aposta é a de que ao menos uma parte dos dados do senador e dos outros alvos da quebra de sigilo já chegou ao MP.

MÔNICA BERGAMO

NA REDE A atriz Patricia Pillar vai cobrar danos morais de quatro pessoas que a ofenderam em comentários em sua página no Facebook. As ofensas foram feitas em 2016. Em fevereiro deste ano, a Justiça solicitou que os réus prestassem informações.

NÃO PODE Na ação, o advogado de Patricia, João Tancredo, cobra R\$ 8 mil por réu e a publicação da sentença, na íntegra, em suas redes sociais.

CARTEIRINHA A mulher do ex-médico Roger Abdelmassih, Larissa Maria Sacco Abdelmassih, disse à coluna que está apenas pleiteando o “reingresso ao quadro de membros associados” do Club Athletico Paulistano. Ela afirma ter sido sócia do local até 2011. Segundo ela, o pedido foi feito para que o filhos gêmeos de 7 anos tenham direito a frequentar um espaço de lazer.

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal ordena volta de Dirceu à prisão até hoje

17 MAI 2019

PORTO ALEGRE Atualmente em liberdade graças a uma habeas corpus, o ex-ministro José Dirceu tem até as 16h desta sexta-feira (17) para voltar à prisão.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) determinou nesta quinta-feira (16) que ele cumpra a pena de oito anos e dez meses pelo caso de corrupção envolvendo a Petrobras, no âmbito da Lava Jato.

Responsável pela execução da sentença, o juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Luiz Antônio Bonat, determinou que o ex-ministro José Dirceu se entregue voluntariamente à Polícia Federal até o prazo acordado.

“Não havendo acerto para entrega voluntária, a autoridade policial deverá comunicar o Juízo”, escreveu Bonat no despacho divulgado no final do expediente desta quinta-feira (16).

O processo envolve o pagamento de propina por contratos superfaturados da Petrobras com a empresa Apolo Tubulars, entre os anos de 2009 e 2012. Segundo o tribunal, os valores chegaram a R\$ 7 milhões, repassados a Renato Duque, ex-diretor da Petrobras, e a José Dirceu.

A defesa do ex-ministro tentou recurso alegando que os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro teriam prescrito porque teriam passado mais de seis anos “entre a data dos fatos (2009) e o recebimento da denúncia (2016)”.
Normalmente, a prescrição ocorre em 12 anos, mas a defesa alega que Dirceu tinha 70 anos quando foi condenado, o que poderia reduzir o prazo pela metade.

O tribunal discordou dos prazos.

O advogado de Dirceu, Roberto Podval, foi procurado pela reportagem, mas não atendeu.

17 MAI 2019

BEMPARANÁ

Tribunal nega recurso de José Dirceu

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região rejeitou o derradeiro recurso do ex-ministro José Dirceu, no âmbito de processo em que foi sentenciado a 8 anos e 10 meses de prisão, e determinou “a imediata expedição de ofício ao MM. Juiz Federal para que inicie a execução provisória da pena”. Com a decisão, o petista pode voltar à cadeia da Lava Jato.

Já condenado em uma primeira ação a 30 anos, nove meses e 10 dias de reclusão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa, Dirceu encontra-se em liberdade por decisão da 2.ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que concedeu habeas corpus a ele para que a prisão não se dê antes do esgotamento da análise dos recursos nas Cortes superiores.

Também recorreram e tiveram o pedido negado pelo TRF-4 o irmão de Dirceu, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, e os sócios da construtora Credencial, Eduardo Aparício de Meira e Flávio Henrique de Oliveira Macedo.

Afastado

A Vara Criminal de Fazenda Rio Grande (região metropolitana de Curitiba), afastou do cargo, em caráter liminar, o atual secretário municipal de Urbanismo do município. A decisão atendeu denúncia criminal oferecida pelo Ministério Público, que aponta o envolvimento dele e de outras 14 pessoas em esquema de fraudes contratuais que levaram à manutenção irregular, por 15 anos, de empresa de prestação de serviços de fisioterapia e gerontologia para a prefeitura. Estima-se que as ilegalidades implicaram em prejuízo de quase R\$ 1,5 milhão aos cofres municipais, diz o MP.

Influência

Além do secretário agora afastado, a ação inclui um ex-prefeito (gestão 2009-2012), dois outros secretários municipais (Habitação e Assistência Social), servidores ex-agentes públicos e empresários. A liminar também proibiu que outros dois denunciados - um ex-vereador e ex-secretário municipal de Desenvolvimento Econômico - não se aproximem das dependências da prefeitura, para que não influenciem no processo. Como destaca a decisão, “a necessidade de evitar o cometimento de novos delitos relacionados ao exercício da função pública, dos quais pode advir substancial prejuízo ao erário municipal, legitima a imposição da medida cautelar”.

Busca

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público cumpriu ontem cinco mandados de busca e apreensão em investigação de desvio de recursos públicos por meio de licitações realizadas pela prefeitura de Uniflor (Norte-Central), para compra de materiais de construção. Os mandados, autorizados pelo Tribunal de Justiça, foram cumpridos no setor contábil, fazendário e de obras públicas da prefeitura, na residência do prefeito Alan Rogério Petenazzi (PSB), e em sua chácara no município de Cruzeiro do Sul e em duas empresas sediadas em Nova Esperança.

Desvios

A suspeita é de que os itens adquiridos eram desviados para proveito particular, uma vez que não estão sendo realizadas obras públicas na cidade. Outra suspeita é de que os dados inseridos no portal de transparência são manipulados e alterados a fim de impedir o conhecimento da população e dos órgãos de fiscalização acerca das mercadorias adquiridas e dos valores efetivamente gastos.